
ENTREVISTA

RADICALISMOS NA POLÍTICA – REFLEXÕES COM ANTÓNIO COSTA PINTO E ANDRÉ FREIRE

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2016.1.24427>

Odilon Caldeira Neto
Leandro Pereira Gonçalves
Riccardo Marchi
(Entrevistadores)

No momento em que vivemos a primeira metade do século XXI, o acesso à informação determina a agilidade no fluxo de interpretação e interlocução. Auxilia a estabelecer, no plano individual, uma espécie de consciência que causa transformações e/ou revelações ideológicas. Posições que eram antes restritas aos domínios privados, passam a ser “abertas” e publicizadas principalmente com o advento das redes sociais, que promovem a criação de uma polarização, inclusive através de radicalismos cotidianos. Nos últimos anos, a direita e a esquerda intensificaram suas posições, criando uma nova esfera de pensar a política após a queda do Muro de Berlim. Em muitos momentos, banalizações e discursos com as adjetivações políticas passaram a ser a tônica da sociedade do novo milênio.

Para pensar o radicalismo na política (ou os radicalismos e a política), **António Costa Pinto**, Investigador Coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e Professor Convidado no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e **André Freire**, Professor Associado com Agregação em Ciência Política do ISCTE-IUL e Investigador Sênior do CIES-IUL, respondem a algumas questões.

Doutor pelo Instituto Universitário Europeu e Agregado pelo ISCTE, António Costa Pinto foi Professor Convidado na Universidade de Stanford e Georgetown, e Investigador Visitante na Universidade de Princeton e na Universidade da Califórnia-Berkeley, Professor Convidado no Institut D'Études Politiques de Paris e recentemente Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação da PUCRS, quando esteve presente para lançar a obra *Os Camisas-Azuis: Rolão Preto e o Fascismo em Portugal* (EdiPUCRS; EDUPE, 2016).

Entre 1999 e 2003, Costa Pinto foi regularmente Professor Convidado no Institut D'Études Politiques de Paris. Foi Presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política. As suas obras têm incidido sobretudo sobre o autoritarismo e fascismo, as transições democráticas e a “justiça de transição” em Portugal e na Europa. A longevidade do Estado Novo português levou-o inicialmente ao estudo comparado dos sistemas autoritários. Mais recentemente dedicou-se ao estudo do impacto da União Europeia na Europa do Sul. Outro tema a que se tem dedicado é o das elites políticas e as mudanças de regime. É autor de mais de 50 artigos em revistas académicas portuguesas e internacionais. Foi consultor científico do Museu da Presidência da República portuguesa e tem colaborado regularmente na imprensa, rádio e televisão.

André Freire é autor de uma produção instigante e necessária para o estudo político contemporâneo, com destaque para *Esquerda e Direita na Política Europeia: Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada* (Imprensa de Ciências Sociais, 2006). Com Doutoramento pelo ICS-UL e Agregação pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-UTL) é um dos mais destacados cientistas políticos portugueses da atualidade, com larga produção intelectual. Freire é Diretor do Doutoramento em Ciência Política, 2015-presente data, e foi Diretor da Licenciatura em Ciência Política, 2009-2015, ISCTE-IUL. Tem lecionado e/ou apresentado conferências como convidado ainda em várias outras universidades portuguesas (Faculdade de Direito das Universidades de Lisboa e de Coimbra, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Minho, Universidade do Porto, Universidade da Beira Interior, entre outras) e estrangeiras (University of Massachusetts, GESIS – ZA – Eurolab, Colônia, Alemanha, Universidad Autonoma de Madrid, Université de Bordeaux, Institut d'Études Politiques – Bordeaux, Università Degli Studi di Milano, Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais – Cabo Verde, entre outras). Freire tem dirigido vários projetos de pesquisa sobre comportamento eleitoral e atitudes políticas, sobre instituições e reformas políticas, e ainda sobre representação política. Ver, por exemplo: <http://er.cies.iscte-iul.pt/>. Sobre estes assuntos, têm publicado abundantemente, em nível local e internacional, em livros e revistas académicas.

Nas páginas que se seguem, buscamos a reflexão sintética dos especialistas que fecham o dossiê, marcando a proposta estabelecida de problematizar e conceituar o contexto político do século XX e os anos iniciais do século XXI, marcados por radicalizações e ideologias extremas.

Boa leitura!

01. O fascismo é, dentre tantas, uma expressão política comum ao Brasil e Portugal. Em qual sentido a transnacionalidade dos fenômenos políticos auxilia-nos a entender a natureza ideológica deles?

Antônio Costa Pinto

Há elementos universais da ideologia fascista que vale a pena destacar: os valores da ordem ou o ultraconservadorismo moral, mas o mais importante, creio, é sublinhar que no período entre as duas guerras mundiais, podemos falar de uma onda fascista de amplitude internacional. De fato, o corporativismo, o nacionalismo radical, a organização milicial e paramilitar, fizeram do fascismo um fenômeno transnacional. O interessante aqui é que, ainda que sendo ideologias nacionalistas, naturalmente interessadas em negar as suas influências internacionais, podemos falar de uma “família política”, com suas interações a proporcionar a transnacionalidade do fenômeno.

André Freire

As comparações transnacionais (como todas as metodologias e abordagens teórico-metodológicas na Ciência Política, em particular, e na História e nas Ciências Sociais e Políticas, em geral) têm sempre vantagens e inconvenientes. Ganhamos em extensão e validade externa quando incluímos casos muito diferentes, mas os conceitos podem ficar com uma elasticidade além do desejável (como há muito explicou Giovanni Sartori). Porém, tendo em conta as cautelas metodológicas sempre necessárias, penso que, pelo menos de um ponto de vista teórico – do tipo ideal – há definições mínimas de fascismo que podem sempre ser usadas (o movimento e partido na tomada do poder, a visão hierárquica das relações sociais alicerçada numa concepção organicista da sociedade, a deriva ditatorial ou totalitária consoante os casos, o centrismo ideológico nas políticas econômicas, a contestação do liberalismo político e econômico, etc.) para se analisar em que medida os casos nacionais se aproximam ou afastam do tipo ideal.

02. A crise económica e o desafio do terrorismo internacional protagonizados pelo mundo Ocidental são apontados como uma das causas maiores do crescimento do populismo de direita. No entanto, a Península Ibérica é, atualmente, uma contra tendência a essa perspectiva. Quais, na sua opinião, as razões da excepcionalidade de Espanha e Portugal na atualidade?

António Costa Pinto

Acredito que não há uma resposta fácil. A mais simples é o fato de serem, Portugal e Espanha, jovens democracias. Mas na Itália, o neofascismo apareceu quase imediatamente após a sua derrota. Eu creio que seja possível encontrar explicações a partir da natureza conservadora e o ciclo muito positivo da adesão à União Europeia dos anos 1980 e 1990, que não abriu espaço para eles. No entanto, atualmente há espaço político para essas tendências, mas que ainda não foi ocupado.

André Freire

Quanto ao populismo, é preciso dizer que se é verdade que o populismo de direita não está presente na Península Ibérica (com relevo eleitoral), ele estará presente pelo menos em Espanha na variante do populismo de esquerda (caso do Podemos). Haverá várias razões para tal ausência do populismo de direita, todas elas parciais de *per se* e que podem e devem complementar-se: as barreiras institucionais à entrada e afirmação de novos partidos, embora em Espanha tenham sido quebradas à esquerda e ao centro; a memória negativa do franquismo e do salazarismo / caetanismo / estado novo em Portugal (mais tênue porque muito mais curta na Grécia); a ausência de uma comunidade imigrante de relevo (especialmente em Portugal) e a relativa tolerância de espanhóis e portugueses face aos imigrantes; a presença de fortes partidos de protesto à esquerda (PCP [Partido Comunista Português], por exemplo), sobretudo em Portugal; outras razões. Seja como for, penso que há distinções analíticas a ter em conta para não se subsumir o populismo de direita necessariamente na categoria da direita radical e, sobretudo, no fascismo ou extrema-direita.

03. Os últimos anos registaram o fortalecimento de tendências de direita na Europa, com a ascensão eleitoral de partidos como UK Independence Party (Reino Unido), Front National (França) ou, mais recentemente, Alternativave für Deutschland (Alemanha). É possível traçar algum paralelo, em termos ideológicos, entre o fascismo histórico e esses fenômenos? São esses

fenômenos contrários à democracia liberal ou, pelo contrário, atores de reconfiguração da própria democracia liberal numa era de ‘fim das ideologias’ e de ‘choque de civilizações’?

António Costa Pinto

Ainda que próximos da extrema-direita, estes partidos são diversos em diversos sentidos. Alguns deles, por exemplo, exploram o racismo e o modelo anti-emigração. Um aspecto comum é que todos expressam as ameaças “identitárias” perante um “estrangeiro”, e são nacionalistas contra a União Europeia. Há aspectos comuns com o fascismo histórico, seja o anticapitalismo financeiro que não conhece fronteiras, ou a defesa dos valores tradicionalistas e da ordem. Mas é necessário pontuar que, apesar dessas continuidades, há novidades. O nacionalismo, por exemplo, é mais protecionista, os movimentos são menos “revolucionários” e paramilitares que o caso do entreguerras. Em relação ao futuro, existe uma incerteza, pois é necessário ponderar que a democracia é mais poderosa do que no período entre as duas guerras mundiais.

André Freire

Há muita variabilidade nos casos que refere e por isso é difícil de traçar uma resposta que acomode tudo. Mesmo assim, eu penso que há elementos comuns com o fascismo de entre guerras (a visão hierárquica das relações sociais alicerçada numa concepção organicista da sociedade, a contestação do liberalismo político, etc.) mas depois há muitas diferenças. Por um lado, porque em muitos casos há maior aceitação do liberalismo econômico do que no período entre guerras. Por outro lado, porque a pulsão autoritária/eventualmente ditatorial é muito menos evidente porque as democracias estão muito mais consolidadas e o número de atores com que estas forças têm que lidar é muito grande (e contém tais eventuais pulsões).

Acresce que, como eu disse acima, por vezes há distinções analíticas a ter em conta para não se subsumir o populismo de direita necessariamente na categoria da direita radical e, sobretudo, no fascismo ou extrema-direita. Há ainda similitudes e diferenças na emergência na eclosão destas forças, face ao fascismo entre guerras.

Do lado das causas de emergência comuns, há que ter em conta o seguinte: Por um lado, a crise econômica e social prolongada e profunda e a presença do outro como bode expiatório (os judeus, os imigrantes). E há ainda a forte e prolongada crise da representação política

demo-liberal. Do lado das diferenças face ao período entre guerras, há que ter em conta o seguinte: Por outro lado, é óbvio que, no presente temos algo que não tínhamos no período entre guerras: a convergência ideológica entre o centro-esquerda e o centro-direita, com a globalização e a europeização e a pressão para o pensamento único neoliberal, mais as políticas de aliança de tipo «grande coligação» (juntando a direita e a esquerda na mesma «cama», como na União Europeia), criam as condições ideais para a emergência da contestação radical ao *status quo*, ao liberalismo económico e aos ataques à soberania nacional. Defender a democracia nacional, mudar a política de alianças (para blocos de esquerda e direita alternantes, como em Portugal hoje) e contestar a *doxa* dominante neoliberal são pois cruciais para conter o populismo e o extremismo, seja ele de esquerda ou de direita... caso contrário, serão a direita radical e os populismos que podem ficar com o monopólio do combate ao euro-liberalismo e ao «consenso de Washington»... É ainda preciso pugnar por mais democracia (e quiçá federalismo) nas arenas supranacionais, nomeadamente na EU.

04. Tanto na Europa do Sul como na América Latina, o fim dos regimes autoritários fizeram com que as sociedades atravessassem transições políticas e culturais com impactos profundos nas suas mundividências. É possível traçar linhas interpretativas sobre o impacto de diferentes modelos de transição? Em particular, no que diz respeito à relação entre Estados e sociedade civil, aos legados autoritários e às políticas da memória nas novas democracias?

António Costa Pinto

Sem dúvida. Ainda que seja difícil hoje vê-las os legados dos diferentes tipo de transição são muitos. Na Espanha e na América Latina as maiorias das transições foram de carácter “continuístas”, com base em pactos realizados entre as elites, autoritárias e democráticas. Em Portugal foi por ruptura e com uma crise do Estado e na Grécia por ruptura mas sem crise do Estado. As políticas de memória são mais antiautoritárias bem como a legitimidade das novas democracias nestas últimas.

André Freire

Claro que sim. Mas uma resposta a isso necessitava de um texto bastante mais desenvolvido que não creio que caiba neste registo... E o Professor Costa Pinto é mais especializado nesse domínio do que eu, imagino que já tenha dado um contributo adequado para o registo limitado deste modelo de entrevista.

05. No Brasil, em tempos recentes, os apelos em favor de uma moralização política despertam, em setores da sociedade, a crença no fim da democracia como estratégia de imediata resolução dos conflitos políticos e históricos. Que leitura pode ser feita dessa questão? É uma especificidade brasileira ou um fenômeno com maior amplitude?

António Costa Pinto

Nos últimos anos o número de “semi-democracias”, regimes híbridos ou mesmo autoritários têm aumentado. Mesmo em democracias da União Europeia, como na Hungria por exemplo, existe alguma des-consolidação democrática. Em muitos casos assistiremos não tanto ao derrube de regimes democráticos (ainda que isso aconteça) mas à diminuição da sua qualidade e ao desenvolvimento de elementos autoritários no seu interior. Democracias de fraca qualidade, golpes no limite da constitucionalidade, ataque aos direitos sociais, diminuição parcial de algumas liberdades, etc. Em casos como o Brasil ou na Europa, acredito que estaremos mais próximos deste modelo do que do regresso das ditaduras.

André Freire

Há uma clara crise da representação política demo-liberal, nomeadamente fruto do rolo compressor do pensamento único neoliberal (na esfera econômica) e das forças da globalização e da europeização. Há ainda uma crise forte dos partidos como agente central de representação. Creio, porém que devemos ser cautelosos para «não deitarmos fora o bebê com a água do banho», seja no Brasil, seja em Portugal, seja na Europa/UE (há tendências comuns, sim, na contestação à democracia liberal e representativa como modelo). As democracias e os partidos precisam de mudar, e eu dei algumas sugestões acima sobre como fazer, mas não creio que os modelos de capitalismo autoritário (de tipo chinês, russo, turco, etc.), que se afirmam hoje como modelos alternativos à democracia liberal e representativa e ao capitalismo democrático, sejam uma boa via para a Europa e a América Latina, para o mundo. Agora, as democracias precisam de mudar (e muito!), senão tais modelos (e outros quejandos)

podem mesmo afirmar-se como efetivos polos de atração para as elites e os cidadãos dos nossos países e áreas geoculturais. Eu e outros colegas refletimos sobre isso num livro recente. Permito-me por isso recomendar a leitura do dito, adquirível *on-line*: André Freire (organizador), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega, 2015.¹

A terminar gostaria ainda de dizer o seguinte, mais especificamente focado no caso do Brasil. As linhas de reforma para as democracias, que propus acima, são, por um lado, muito gerais e destinadas sobretudo a evitar que «deitemos fora o bebé com a água do banho» (ou seja, de modo a evitar que na crítica e vontade de mudar o *status quo* não valorizemos devidamente o bem precioso que é a representação política democrática ao estilo demoliberal, ou seja, a representação política democrática e enquadrada na longa tradição do liberalismo político). Por outro lado, as minhas notas acima estão muito centradas nas experiências europeias e não valorizam as eventuais especificidades noutras regiões do globo e/ou em determinados países específicos. De facto, além dos problemas gerais, transversais às várias democracias do mundo, ou pelo menos às democracias de determinadas regiões do mundo, há problemas específicos em determinadas regiões e/ou países que é preciso enfrentar para defender a democracia.

Um desses países com problemas muito específicos é o Brasil, o qual precisa de reformas institucionais profundas que combatam a extrema fragmentação partidária (no legislativo), a enorme personalização da política (*idem*) e, conseqüentemente, a forte propensão global do sistema para o clientelismo e a corrupção. Tal deveria ser feito através de reformas no sistema político-eleitoral e constitucional que, primeiro, reduzissem a extrema fragmentação partidária no legislativo, embora sem transformar necessariamente o sistema num regime maioritário. Tal poderia ser feito com a adoção de um sistema maioritário a duas voltas também para o legislativo (tal como nas presidenciais), ou através de bônus (na conversão de votos em mandatos) à aliança de partidos ganhadora no legislativo, e/ou ainda criando cláusulas de barreira (legais) elevadas para o acesso ao parlamento. A lógica deveria ser sempre a de reduzir a fragmentação partidária mas, simultaneamente, dar fortes incentivos à constituição de alianças/coligações logo para o legislativo, de modo a sustentarem soluções presidenciais estáveis e que não tenham de negociar *ad hoc* (o que é um estímulo à instabilidade, à troca de

¹ Ver <https://www.wook.pt/livro/o-futuro-da-representacao-politica-democratica-andre-freire/16591611>

favores e ao clientelismo). Em segundo lugar, seria também desejável reduzir a extrema personalização do sistema político brasileiro, nomeadamente nas eleições para o legislativo, que é também fonte de uma forte propensão para o clientelismo e a corrupção. Tal poderia ser feito através de um parcial fechamento das listas eleitorais, do reforço da disciplina partidária e de mais fortes impedimentos à migração partidária durante a legislatura.